

CO discute orçamento e representação discente

Nesta terça-feira, 19/12, o CO deverá deliberar sobre o Orçamento de 2001 e a homologação dos representantes discentes eleitos pelas entidades dos estudantes (DCE e APG).

Quanto ao orçamento, seria importante que no decorrer do debate fossem esclarecidas as seguintes questões:

1. Como será tratado e controlado o montante originalmente destinado a pessoal (88% do recursos) e não realizado em 2000?

2. Qual o montante de precatórios efetivamente pago no ano de 2000? Qual a relação entre este montante e o autorizado pelo CO no orçamento?

3. Qual o procedimento para avaliar a evolução do ICMS face à estimativa na qual foi baseada a feitura do orçamento de 2001? A receita da COP (média aritmética do montante) mostrou graves inadequações. Aliás, ficou claro no desenrolar da discussão que a Secretaria da Fazenda faz estimativas que incorporam alguma sazonalidade.

4. No orçamento de 2000, os precatórios foram incluídos na alínea de pessoal, para surpresa e revolta de muitos. Como será tratada esta questão no orçamento de 2001? Uma variável importante nesta questão é a emenda ao orçamento do Estado que complementa os recursos das universidades por conta de precatórios, hospitais e inativos.

5. É bom registrar que a questão de incorporação de prêmios (lembra deles?) na proposta orçamentária de 2001 não foi aprovada pelo CO. A votação de 39 votos a

favor, 38 contra e três em branco não constitui maioria dos presentes a favor (votos brancos contam "contra").

Fomos informados de que a proposta foi incorporada nas diretrizes orçamentárias na forma de um fundo de reserva a ser constituído com os "acréscimos das transferências do Tesouro do Estado em relação ao orçamento aprovado pela Assembléia Legislativa para a USP".

Esta redação é contraditória com tudo que ouvimos durante a greve. O governo da USP sempre insistiu que não havia como estimar "acréscimos de transferên-

cia" ou "sobra de caixa".

Homologação

O CO já aprovou que caberá às entidades estudantis a realização das eleições para representação discente. A discussão agora é sobre a homologação dos representantes já eleitos pela nova forma. A Adusp apóia a iniciativa dos estudantes de buscar um maior compromisso da representação com as entidades e ações do movimento estudantil.

Dessa forma, defendemos a homologação dos representantes da graduação e pós-graduação. No caso da pós,

somamos nossa voz ao Sintusp, DCE e APG no apelo para que os representantes em exercício renunciem para abrir caminho aos representantes eleitos no pleito coordenado pela APG.

E o reajuste?

Como noticiado anteriormente, o Fórum das Seis propôs ao Cruesp que o reajuste de janeiro fosse acrescido do fundo de 20% negociado durante a greve, totalizando 4,86% (no lugar de 3,16% e sobre o salário de janeiro). Continuamos aguardando uma resposta dos reitores em relação a esta questão.

Verba complementar

Os reitores da USP e Unicamp compareceram, no dia 14/12/00, a uma reunião extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da Assembléia Legislativa de São Paulo, para apresentar um quadro da evolução das estaduais paulistas nos onze anos de autonomia e defender a aprovação da emenda que complementa os recursos destas instituições em função dos gastos com precatórios, hospitais universitários e inativos. O reitor da Unesp, que preferiu presidir reunião do CO neste mesmo dia, estava representado pelo vice-reitor.

Os reitores da USP e Unicamp apresentaram a significativa evolução de alguns indicadores da atividade acadêmica de 1989 para cá, fruto do intenso trabalho de professores e funcionários (apesar dos baixos salá-

rios). O registro da dedicação de professores e funcionários certamente mereceria destaque, que, infelizmente, não foi registrado pelos reitores.

Eles mostraram também como a evolução dos gastos com hospitais, inativos e precatórios, a esmagadora maioria dos quais originam-se antes da autonomia, tem paulatinamente estrangido os investimentos nas atividades-fim da universidade e a remuneração do pessoal ativo.

Passivo

O Cruesp distribuiu aos deputados vários documentos, entre os quais um texto de avaliação dos onze anos da autonomia, considerando-a um avanço importante. Considera imperioso equacionar o passivo herdado do Estado e a questão estrutural da previdência,

sem o que as universidades serão inviabilizadas em pouco tempo.

Em nome do Cruesp, o reitor da Unicamp apresentou argumentos a favor da necessidade urgente de expansão do ensino público de terceiro grau no estado de São Paulo. Além da defesa da emenda de complementação de R\$ 40 milhões ora em pauta, os reitores também declararam-se a favor da emenda que incorpora ao texto da Constituição Estadual os 9,57% de destinação mínima de recursos do ICMS às universidades estaduais.

Acompanharemos com atenção o desenrolar da discussão sobre esta matéria na Assembléia Legislativa. Como o relatório final sobre a lei orçamentária ainda não foi concluído, não está ainda definida a data para votação do orçamento de 2001.

Um grande baile para um ano memorável

Uma grande festa de confraternização entre os docentes, oferecida pela Adusp, marcou o final deste memorável ano 2000. A confraternização, que aconteceu no Clube dos Professores da USP, começou por volta das 22h, com um jantar "aprovado por unanimidade".

Depois, o som da banda *Fonógrafo Brasil* e do violonista Tato Fernandes garantiu a animação, com muito samba, forró, baião, rock, xote e até axé, enchendo a pista de dançarinos e dançarinas de todas as unidades.

Das mais de 150 pessoas que compareceram, não foram poucas as que ficaram até o final da festa, por volta das 3h da manhã. Aos associados que perderam, fica o convite dos que participaram da confraternização: ano que vem, vamos todos, sem dúvida!



DCE organiza participação no Fórum Social Mundial

O Diretório Central dos Estudantes da USP (DCE Livre "Alexandre Vannuchi") está organizando a ida dos alunos da universidade para o Fórum Social Mundial, que será realizado em Porto Alegre, entre os dias 25 e 30 de janeiro do próximo ano. Até o dia 14 de dezembro, 110 estudantes já estavam inscritos no DCE para participar do evento.

Um dos objetivos dos alunos é aumentar a integração e a participação do movimento estudantil da USP junto ao movimento unificado de oposição às políticas liberais, que agora começa a se estruturar mundialmente. Conforme ficou demonstrado nas manifestações em Seattle e Praga, a participação dos jovens tem sido fundamental nos protestos.

Participarão do Fórum Social Mundial os principais opositores das atuais políticas hegemônicas (sindicatos,

movimentos sociais, partidos de esquerda), buscando discutir e elaborar alternativas à globalização econômica e ao neoliberalismo, e a todas as consequências por estes geradas. O encontro pretende ser também um contraponto ao Fórum Econômico Mundial, que acontecerá em Davos (Suíça) no mesmo período, e que reunirá os principais representantes das multinacionais, governos e das grandes corporações da mídia.

Protestos

A implementação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) é um dos temas mais importantes a serem discutidos no encontro de Porto Alegre. Os participantes esperam aproveitar o Fórum para debater e planejar protestos contra a reunião de chefes de Estado do continente americano, que acontecerá em Québec (Canadá) em abril de 2001. Na

reunião de Québec, que contará com a participação de todos os chefes de Estado das Américas, à exceção de Cuba, um dos principais objetivos é exatamente começar a delinear a ALCA.

O movimento estudantil da USP considera fundamental sua participação no Fórum

Social Mundial também para discutir a ALCA; e para colaborar, planejando e participando dos protestos contra esse acordo comercial que deve gerar mais desemprego, desigualdade social, desindustrialização e privatização dos serviços sociais — nos países pobres, evidentemente.

Visita ao Hospital Universitário

A convite da superintendente do HU, professora Maria Lúcia Lebrão, uma comissão de membros da diretoria e de conselheiros da Adusp compareceu no dia 12/12 às dependências daquele hospital para uma visita.

Foram apresentadas as condições de infra-estrutura, algumas delas em fase de atualização de equipamentos, e dados sobre o atendimento hospitalar e ambulatorial durante os

anos de 1999 e 2000.

Comunidade USP

A professora Lebrão ressaltou que, em princípio, nada mudou no atendimento à comunidade USP, mas que contactos estabelecidos com a Secretaria Estadual de Saúde permitiram alcançar um melhor atendimento SUS. Pelas circunstâncias da visita, não houve oportunidade de aprofundamento do debate sobre o atendimento do HU.

No debate, ninguém defendeu a CERT

Daniel Garcia

Mais um debate preparatório ao IV Congresso da USP, desta vez sobre a Avaliação da Docência, foi realizado no dia 6/12, no Instituto de Física. Participaram dele os professores Francisco Miraglia, do IME e da Adusp, Miriam Limoeiro, da UFF, Hernan Chaimovitch, pró-reitor de Pesquisa da USP, e a advogada Lara Lorena, da assessoria jurídica da Adusp. O mediador foi o professor Jair Borin, da ECA.

No início do debate, o professor Chaimovitch surpreendeu os presentes ao declarar que estava participando em seu próprio nome e não como representante da Reitoria:

“Na verdade eu não fui indicado pela Reitoria. Estou aqui por vários motivos. Primeiro na minha qualidade de antigo diretor da Adusp. Também como professor titular da Química e porque sou membro da diretoria da Academia Brasileira de Ciências. E também porque sou pró-reitor de Pesquisa da USP. Não tenho uma representação oficial da Reitoria”.

Na fase de intervenções do público, o professor Ciro Teixeira, do IG e membro da comissão que organizou o evento, informou que o reitor Jacques Marcovitch foi convidado pessoalmente a participar do debate e declinou, sugerindo então o nome do pró-reitor de Pesquisa.

A expectativa de uma polarização de visões não chegou a concretizar-se, pois Chaimovitch, além de recusar a condição de representante da Reitoria, não defendeu o sistema de avaliação aplicado pela CERT.

Departamento

O professor Chaimovitch destacou que a liberdade acadêmica “tem origem no direito da Humanidade de prosseguir em toda parte a busca de verdades sem constrangimento; não é portanto um privilégio de casta, de instituições ou dos profes-



Debate sobre Avaliação da Docência, no Instituto de Física: sem polarização de visões

res, ou estudantes ou funcionários”.

Quanto à avaliação, apontou a necessidade de “objetivos claros, metodologias definidas, conseqüências muito bem definidas e sobretudo aceitação interna prévia”. Afirmou que não existe na USP legislação que contemple tais condições.

Salientou que não se pode “investir energia para reinventar a roda” e que, no mundo inteiro, a única forma de avaliação docente “que tem dado certo” ocorre no respectivo departamento. Ele manifestou-se contrário à avaliação de docentes com ênfase na contagem de artigos publicados.

Por outro lado, os departamentos precisariam deixar claros os seus objetivos e estes devem estar em consonância com os objetivos gerais da universidade; por ser a USP uma “federação” de departamentos, estes “têm que mostrar como avaliam”, o que requer um fórum apropriado. Para Chaimovitch, é preciso ainda haver um “esquema recursal que proteja o docente do seu departamento”, pois “não podemos pensar que a ditadura centralizada só se exerce no poder central; a violência local num sistema autoritário é muitas vezes maior que a violência central do mesmo sistema”.

Política mundial

Miriam Limoeiro relacionou os sistemas vigentes de

avaliação na universidade brasileira à execução, pelo MEC, de políticas formuladas no exterior, dentro do processo de mundialização do capital: “A proposta de avaliação é internacional e tem origem no Banco Mundial — não é nem na Unesco”.

Segundo a professora, dentro da profunda reforma da universidade estão previstas poucas universidades de pesquisa, havendo predominância de escolas de terceiro grau destinadas ao mero treinamento.

Controles burocráticos dariam o tom na consecução destes objetivos, e os tipos de avaliação em curso adequam-se a esta orientação: “A avaliação é trazida à cena para legitimar a nova ordem de gestão direta e maciça do capital sobre a Universidade”, explicou.

“A lógica mercantil é disseminada por todo o tecido social, e transforma tudo em mercadoria, destruindo a formação social que conhecemos como sociedade e esterilizando o campo da cultura naquilo que lhe é essencial e que por isso mesmo não é mercantilizável: seu potencial crítico criador e contestador”.

De acordo com a professora, “uma universidade que desperdiça talentos é destinada à mediocridade”. Miriam Limoeiro conclamou a comunidade universitária a resistir a esse projeto: “Cabe a nós, intelectuais da universidade, a responsabilidade intelectual

e política de apreender este processo e não nos deixarmos, ingênua ou tolamente, envolver por ele”.

Liberdade

Lara Lorena informou que tem aumentado o número de atendimentos do setor jurídico da Adusp relacionados a problemas dos docentes com regimes de trabalho. Observou que a atuação da CERT está “em descompasso com as regras jurídicas da própria USP” e freqüentemente “chega a violar o ordenamento jurídico existente no País”. Embora a própria Consultoria Jurídica da USP (CJ) veja a CERT como um órgão consultivo, esta vem atuando como um órgão deliberativo.

Francisco Miraglia argumentou que o trabalho intelectual exige, por sua natureza, “uma atmosfera democrática e de liberdade de opiniões”. No seu entender, “é lícito perguntar qual projeto político pautar o processo de avaliação que está posto”.

O sistema de avaliação implantado pela CERT, disse, concebe os departamentos como corporativos e incompetentes; o ensino, como treinamento; e a extensão, como venda de serviços e captação de recursos — e não como prestação de serviços à sociedade, que é seu verdadeiro papel. “Criou-se um regime de terror sobre os docentes. Tudo isso é justificado como sendo ‘cuidar do dinheiro público’”.

O reitor e a CERT: retórica x realidade

Em outubro de 1997 o **Informativo Adusp** nº 26 reproduziu as respostas dos reitoráveis, naquele momento, para a pergunta: quais suas maiores concordâncias e discordâncias com o texto da Adusp "Idéias para um programa para reitor"?

Entre outros pontos, os reitoráveis mencionavam as seguintes idéias em relação ao tema avaliação: extinguir a CERT; criar, a partir de ampla discussão, um sistema de avaliação docente, justo e honesto, que contemple todas as atividades desempenhadas e as diversas áreas de conhecimento; democratizar os organismos de avaliação, existentes e a serem criados, com sua composição escolhida por colegiados da universidade e não pelo reitor, como ocorre hoje com a CERT.

Vale a pena retomar as respostas que foram oferecidas por aqueles que vieram a ocupar as posições de reitor e vice-reitor dessa universidade. Segundo o professor Melfi, "A CERT deve ser

mantida, porém com modificações profundas em sua estrutura e mecanismos de atuação (composição ampliada; câmaras setoriais; critérios de julgamento definidos pelas unidades; membros indicados pelo CO; avaliação de todos os docentes)."

Já o professor Marcovitch respondeu: "Noto, por exemplo, intenção apressadamente demolidora, que se traduz na palavra de ordem 'extinguir a CERT'. Julgo mais realista corrigir os atuais métodos da CERT. Entendo que ela comete o erro de avaliar, com critérios iguais, partes absolutamente desiguais. A questão não é extinguir mas mudar de rumos."

Problemas

Embora mais amenas que as idéias aventadas no documento da Adusp, e também que as posições na época manifestadas por outros reitoráveis como o professor Erney, que propunha autonomia às unidades no que concerne à avaliação "dispensando-se a

opinião da CERT", fica evidente que os atuais ocupantes dos cargos de reitor e vice-reitor também reconheciam problemas na composição e atuação da CERT e a necessidade da sua reformulação quanto à composição e forma de atuação.

Neste momento, em que o tema CERT encontra-se em evidência por conta dos muitos problemas e conflitos que essa comissão tem gerado, tanto pelo descabimento de muitas de suas manifestações e decisões, como pela falta de base legal em muitas delas (vide o Dossiê CERT, na *home page* da Adusp), e considerando que essa comissão e suas ações são de inteira responsabilidade do reitor, parece oportuno perguntar: por quê nada foi

feito ou sequer proposto pela Reitoria para tratar de modo conseqüente da questão da avaliação e da CERT, na forma como se encontram estabelecidas?

Seriam as manifestações feitas no passado pelos atuais ocupantes da Reitoria mera peça de retórica, a contribuir para a manutenção da triste realidade de arbitrariedades que, desde muito, tem caracterizado aquela comissão?



Coquetel Cultural lança Revista Adusp 21

Na quinta-feira, dia 21, a partir das 17h30, na sede da Adusp, será realizado Coquetel Cultural de lançamento da **Revista Adusp 21**. A edição traz uma série de matérias interessantes sobre temas que estão hoje no centro do debate na USP: a reforma universitária posta em andamento pelo MEC, a questão das fundações e a CERT.

As matérias de capa são a entrevista do professor Dalmo Dallari sobre a CERT, em que ele critica a atuação da comissão e pede que ela passe por uma profunda discussão que envolva toda a comunidade universitária, e o debate entre o ex-ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, professor da FGV, e Marilena Chauí, professora da FFLCH.

A Adusp conta com sua presença no Coquetel Cultural!



CR decide transferir fundo de reserva para Nossa Caixa

Em reunião realizada no dia 11 de dezembro, o CR decidiu aprovar a transferência, para a Caixa Econômica Estadual, do fundo estatutário de reserva da Adusp, hoje depositado em conta do Santander, ex-Banespa.

O fundo estatutário foi depositado no Banespa por ser este, à época, um banco estadual. Uma vez privatizado, a diretoria da Adusp entendeu que os recursos deveriam ser transferidos para a Caixa Econômica Estadual,

agora o único banco público paulista. A posição da diretoria foi levada ao CR, que aprovou *ad referendum* da próxima assembleia geral.

No debate que o CR realizou sobre o assunto, foi lembrada a tramitação, na Assembleia Legislativa, de emenda à Constituição Estadual idealizada pelo Fórum das Seis e apresentada pelo deputado César Callegari (PSB), estipulando que as verbas do Estado sejam depositadas exclusivamente em banco estadual.

Recesso

Entre 25 de dezembro de 2000 e 1º de janeiro de 2001, a sede da Adusp estará em recesso. Ela será reaberta no dia 2 de janeiro de 2001, terça-feira, no horário habitual.